Despacho (extracto) n.º 21 316/2006

António José Monteiro Cerca Miguel, conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 26 de Junho de 2006, determinando o termo da comissão de serviço e a consequente cessação de funções do referido cargo em 30 de Setembro de 2006.

26 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Fernando Manuel Mendonça de Oliveira Neves*.

Despacho (extracto) n.º 21 317/2006

Maria José Mesquita Lopes Carujo, assessora do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, a exercer o cargo de directora de serviços de Administração Consular, da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — despacho do secretário-geral de 3 de Agosto de 2006 provendo-a na categoria de assessor principal da carreira técnica superior do mesmo quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhes foi dada pela Lei n.º 51/95, de 30 de Agosto. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 318/2006

Maria Madalena Brak-Lamy Paiva Raposo, assistente administrativa especialista do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em Bruxelas — despacho do secretário-geral de 12 de Setembro de 2006 determinando o seu regresso à Secretaria de Estado. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 319/2006

Manuela Assunção Martins das Neves, assistente administrativa principal do quadro do pessoal do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — despachos do secretário-geral, de 10 de Agosto de 2006, e do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de 15 de Setembro de 2006, autorizando a sua transferência para o quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 320/2006

Sandra da Conceição Oliveira Saraiva, técnica superior de 2.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, em regime de nomeação, mediante reclassificação, em comissão de serviço extraordinária — despacho do secretário-geral de 28 de Agosto de 2006, nomeando-a definitivamente na referida categoria, do mesmo quadro, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 321/2006

Carla Cristina Bengalinha Neves, assistente administrativa principal do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça — despachos do secretário-geral, de 10 de Agosto de 2006, e do subdirector-geral do Ministério da Justiça, de 24 de Agosto de 2006, autorizando a sua transferência para o quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 322/2006

Deolinda Jacinta Correia António Guerra, auxiliar de acção educativa do Ministério da Educação, Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado, do quadro distrital de vinculação de Lisboa — despachos do secretário-geral, de 10 de Agosto de 2006, e do presidente do conselho executivo do Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado, de 7 de Setembro de 2006, autorizando a prorrogação da referida requisição pelo período de mais um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 21 323/2006

Maria Isabel Cardoso Farinha, assessora principal do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, a exercer o cargo de directora de serviços de Acção Externa da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, em regime de comissão de serviço — despacho do director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas de 28 de Junho de 2006, autorizando a renovação da referida comissão, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2006, pelo período de três anos. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Instituto Camões

Despacho (extracto) n.º 21 324/2006

Por meu despacho de 19 de Setembro de 2006, na sequência do concurso interno de acesso misto aberto pelo aviso n.º 5687/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, 7 de Junho de 2005, e atento o disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foi Maria Luísa Alcobia de Sousa Marujo nomeada assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto Camões. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho (extracto) n.º 21 325/2006

Por meu despacho de 19 de Setembro, na sequência do concurso interno de acesso misto aberto pelo aviso n.º 5689/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 7 de Junho de 2005, e atento o disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, foi Mónica Alexandra Barata de Gonçalves Branco nomeada assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Instituto Camões, considerando-se exonerada, à data da aceitação, do lugar que anteriormente ocupava. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 11 296/2006

Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situação de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho residencial
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências Farmacêuticas	Loures.
António Augusto Gutierrez Sá da Costa.	Assessor principal	Licenciatura em Engenharia Civil.	Educação	Cascais.

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho residencial
António José Ferreira de Castro dos Santos Menano (a). Ilda Guterres da Cruz	Técnico superior de 2.ª classe. Assistente administrativa	Licenciatura em Direito Seis anos de escolaridade administrativa.	Direito Administrativa	Figueira da Foz. Cascais.
Isabel Celina Viegas Pires Afonso(a). José Luís Tocha Antunes dos Santos.	Assistente hospitalar Técnico superior principal	Licenciatura em Medicina Patologia Clínica. Mestrado em Geologia de Engenharia.	Saúde Engenharia	Faro. Oeiras.
Margarida Maria Oliveira S. M. Páramos Merino. Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnica especialista (técnico de diagnóstico e terapêutica). Técnica superior de 1.ª classe	12 anos de escolaridade Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Terapia ocupacional Ciências Sociais e Políticas	Lisboa. Cascais.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 11 297/2006

Por despacho da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, proferido por delegação de competências, de 27 de Setembro de 2006, foram nomeados, precedendo aprovação em concurso, em comissão de serviço extraordinária, para a realização de estágio de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática na Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, os licenciados Bruno Emanuel Monteiro Almeida, especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Bruno Pedro de Melo Martins Correia, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Alexandre Miguel Morgado Martins, especialista de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Clara Maria Matias Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Torres Vedras, Pedro Miguel da Costa Nunes Portugal, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Fernando José Ferreira dos Santos Ruas, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Rui Pedro Sobral Martins, técnico de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E., Unidade Hospitalar de Bragança, Manuel José Gante Ferreira Esteves, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, e Gonçalo Nuno da Silva Baptista, professor de informática de nomeação provisória do quadro de zona pedagógica da península de Setúbal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em substituição, *Maria de Fátima Braz*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 21 326/2006

Considerando que a servidão radioelétrica de protecção à ligação hertziana entre os centros radioelétricos formados pela estação terrena de Fajã de Cima e pelo centro de telecomunicações de Ponta Delgada, incluindo um reflector passivo situado numa elevação de nome Pico da Batalha, pertencentes à, então, Companhia Portuguesa Rádio Marconi, não tem actualmente razão de existir, nos termos definidos no Decreto Regulamentar n.º 27/84, de 20 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 67, de 20 de Março de 1984, em virtude de ter sido desactivada a ligação que aquela servidão protegia;

Considerando que o direito de propriedade deve presumir-se livre e que a servidão traduz um encargo, o qual só deve existir quando

for necessário, isto é, enquanto a coisa dominante exercer a utilidade pública que determinou a sua constituição;

Atento o disposto nos artigos 5.º e 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — As áreas adjacentes ao percurso da ligação hertziana entre os centros radioelétricos formados pela estação terrena de Fajã de Cima e pelo centro de telecomunicações de Ponta Delgada, numa distância de 8,3 km, são desoneradas da servidão radioelétrica e das outras restrições da utilidade pública a que estavam sujeitas.

2 — É revogado o Decreto Regulamentar n.º 27/84, de 20 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 67, de 20 de Março de 1984.

21 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 21 327/2006

Considerando que a servidão radioelétrica de protecção da ligação hertziana entre os centros radioelétricos da Trindade e do Barreiro, situados, respectivamente, na Rua Nova da Trindade, 7, em Lisboa, e na Rua de D. Manuel I, 5-C, no Barreiro, e pertencentes à Portugal Telecom Comunicações, S. A., não tem actualmente razão de existir nos termos definidos no Decreto n.º 82/79, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 178, de 3 de Agosto de 1979, em virtude de ter sido desactivada a estação da Trindade;

Considerando que o direito de propriedade deve presumir-se livre e que a servidão traduz um encargo, o qual só deve existir quando for necessário, isto é, enquanto a coisa dominante exercer a utilidade pública que determinou a sua constituição;

Atento o disposto nos artigos 5.º e 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — As áreas adjacentes ao percurso da ligação hertziana entre os centros radioelétricos da Trindade e do Barreiro, na distância de 8 km, pertencente à Portugal Telecom Comunicações, S. A., são desoneradas da servidão radioelétrica e das outras restrições de utilidade pública a que estavam sujeitas.

2 — É revogado o Decreto n.º 82/79, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 178, de 3 de Agosto de 1979.

4 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 21 328/2006

Considerando que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005, de 29 de Setembro, foi determinada a criação de equipas de projecto, para acompanhamento do estudo e implementação dos grandes projectos que envolvam investimento público superior a € 250 000 000;

Considerando que o Governo assumiu a necessidade de promover o relançamento do processo relativo ao novo aeroporto de Lisboa, designadamente face ao previsível esgotamento, a médio prazo, do aeroporto da Portela;

Considerando que aquele propósito pressupõe a redefinição do calendário da construção do novo aeroporto à luz dos dados actuais sobre o desenvolvimento expectável do tráfego e tendo em conta a disponibilidade de financiamento comunitário para a programação